

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

www.kooperation-brasilien.org



<b>Título:</b>	<b>O conceito de identidade coletiva no Brasil</b>
Data:	27/12/2021
Horário:	11:00 - 12:30
Palestra:	Aderval Costa Filho, Universidade Federal Minas Gerais (UFMG)
Moderação:	Dr. Dieter Gawora – Universität Kassel
Protocolo:	Lucas Bernalli F. Rocha – Instituto Pequi do Cerrado <a href="http://www.pequidocerrado.com.br">www.pequidocerrado.com.br</a>

### Apresentação

**Moderador:** O Prof. Dieter Gawora deu início as atividades, dando boas-vindas a todos participantes e repassando as orientações sobre a dinâmicas de trabalho, sugerindo utilizar o chat para perguntas ou considerações. Em sequência, deixou aberto para que os participantes pudessem se apresentar e se integrarem.

O Prof. Dr. Dieter Gawora se apresenta e remete que estivemos presente no dia 25/11/2021 com o palestrante e alguns participantes no Dia do Cerrado realizado pela Universidade de Kassel. Ressaltou parte de suas experiências de trabalho e pesquisas realizadas como o Dr Aderval, enfatizando os povos tradicionais e as comunidades o qual ele possui conhecimento. Destacando a expertise do palestrante, como um antropólogo respeitado na academia, em especial UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais onde ele é integrado.

**Palestrante:** Aderval Costa Filho reitera as saudações, dando bom dia a todos (as), demonstrando satisfeito com sua participação no evento, ao dizer que é uma honra poder participar, agradece o convite KOBRA e a oportunidade de poder falar sobre a importância dos direitos identitários e as questões territoriais. Uma temática de grande relevância.

Lembrou que poucos anos atrás o contexto de comunidades tradicionais era pouco enfatizado, mas que o passar dos anos torna mais evidente as tratativas desta ciência.

Em sequência, reforçou para que os participantes pudessem ficar à vontade, para interagirmos com o tema, pois se trata de um campo de conhecimento aberto a outras referências, sabendo que a temática envolve as questões de sociodiversidade, agrícola, cultura, natureza entre outras. Agradeceu e se colocou à disposição.

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



### **Desenvolvimento**

**Mediador:** Prof. Dieter Gawora.

Verificamos aqui a expectativa de todos com o tema, disse ao palestrante que gostaria que ele começasse apresentando o conceito de identidade coletiva.

**Palestrante:** Aderval Costa Filho.

Vou começar trazendo informações de alguns blocos de minha apresentação e fico aberto para considerações.

A questão e os trabalhos sobre Identidade Coletiva no Brasil é algo muito importante que iniciamos. Tem uma relação direta com as comunidades, territórios e os conflitos que vivenciamos, havendo uma base legal que se estabelece a partir da certificação e o reconhecimento da autoidentificação. Os movimentos de trabalhadores, agricultores familiares, povos tradicionais entre outros que são categorias mais recentes, explicitam as questões étnicas e culturais.

Trabalho com uma matriz de análise para verificar como as comunidades se organizam e se autoafirmam, podendo as vezes ter mais de uma referência nas comunidades. É deste princípio que orientamos os trabalhos e os conduzimos. A contextualização faz parte desta etapa e é colocada porque as comunidades ainda vivem em certa visibilidade distantes e as questões podem apresentar de melhor maneira. Neste sentido a questão territorial é fundamental para entendermos as dinâmicas dos modos de vida das comunidades, que muitas das vezes passam por conflitos territoriais, onde seus territórios sofrem exploração dos recursos naturais. Como exemplo atividades minerais, agricultura, reflorestamento, entre outros, bem como as unidades conservação que em alguns casos sobrepõe os territórios tradicionais. Embora tenha o viés de preservação, estas acabam limitando os modos de vida das populações tradicionais.

Por esses motivos ocorre muitas ameaças dentro destes conflitos e as sociedades não consegue serem reparadas da forma que deveriam. Os marcos legais que estabelece reconhecimento destes povos sobre os seus territórios estão alinhados com as referências da Constituição Federal, onde estas comunidades passam a ter consciência da autoafirmação e se reconhecem.

É muito importante destacar que nem eu nem o Prof. Dieter, nem vocês podem dizer se a comunidade é ou não tradicional. Nós temos isso como premissa legal para condução dos trabalhos e temos a

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



consciência de que trabalhos e esse reconhecimento deve ser estabelecido dentro das comunidades, tornando-o assim importante para estas e povos no Brasil.

**Mediador:** Prof. Dr Dieter Gawora.

Muito bom, você coloca com esse conceito e como na prática as comunidades vão chegar para autoafirmar!? Como eles se conduzem nesse processo? Exemplo eu sou um geraizeiro do rio pardo.

**Palestrante:** Aderval Costa Filho

Para esta questão, nós temos um passivo enorme, de como vivem estas populações, como enfrentam as situações nos seus territórios e quais conflitos vivem. Então não temos um mapeamento para dizer quantos são e onde estão, mas o estado parte do suposto da legislação e de que a sociedade e a comunidade em questão se organize e requerer seu reconhecimento formal.

Os conselhos, como o Conselho de Povos Tradicionais, criaram-se um rito para que as comunidades pudessem seguir um protocolo, com informações para requisitar seu reconhecimento. Protegidas pelos seus direitos fundamentais. A partir disso, estabelece um princípio nas políticas públicas para emitir certidão e dar início ao processo de regularização do território.

Esta certificação é importante para ter acesso as políticas públicas e para instaurar o processo de regularização fundiária. Ter o reconhecimento identitário é gozar da prerrogativa do direito de proteção, onde o Ministério Público passa a estar atento a proteção destes grupos, além da sociedade civil com os movimentos que se engaja nessa luta.

Outra questão é que reconhecimento passa a ser importante instrumento para entendimento da escala do território destes povos.

Alguns dispositivos legais, como os Artigos 215, 216, 231, 232 da Constituição Federal, trazem referências as garantias de proteção dos povos tradicionais. Como o artigo 216 que considera os modos de vida com patrimônio cultural brasileiro. Porém, verifica-se que estes artigos são muito mais utilizados pelas suas lutas destes povos e seus movimentos nas mobilizações, do que a pauta efetiva governamental.

**Participante / Via CHAT:** Andrea Moraes Barros da CIR

Aderval, você pode falar um pouco sobre os/as agricultor/as familiares, e os trabalhadores/as rurais relacionado ao conceito de identidade coletiva? Obrigada.

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



**Palestrante:** Aderval Costa Filho

O decreto Nº6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, quando o criamos, no âmbito do ministério de combate à fome, junto dos ministros Patrus Ananias e Marina Silva durante o governo Lula, foi muito importante para conformar os movimentos sociais.

Acesso: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm)

Fizemos uma ampla consulta para consolidar o texto do decreto, construído de forma participativa, o que representou o marco do direito étnico. Pois os povos indígenas e os povos quilombolas havia suas referências legais, mas os demais povos estavam dentro deste premissa e não estavam atendidos diante suas distinções. Hoje temos outros mecanismos que abarca essa premissa e de fato está mais marcado.

Isso foi muito importante, pois resultou em ganhas, como o estatuto das terras tradicionalmente ocupadas, ao mesmo que tem o direito dos povos originários. Estas são entendidas pela necessidade para reprodução social destes povos tradicionais, espaços de manejos com as áreas de solta, onde fazem uso para criação de animais, atividades religiosas, pesca, coleta e todas as atividades produtivas e organizacionais. Com isso o entendimento de que o território não é apenas o chão de cultivo e morada, é mais além. É bom dizer que este é um direito fundamental destes povos tradicionais.

**Mediador:** Prof. Dr. Dieter Gawora

Temos uma pergunta da Andrea. Você pode falar, qual a diferença dos trabalhadores rurais e quais são grupos coletivos tradicionais. Bom pegar essa pergunta para classificarmos as categorias.

**Palestrante:** Aderval Costa Filho

Muito importante Andrea, obrigado.

Na verdade, os movimentos sociais foram agregando valores e características. Valores sociais e éticos, que em outra ordem de direito trazem referências destes povos e princípios legais. O entendimento de que boa parte destes povos são produtores familiares, pela forma como produz envolvendo a família, o compartilhamento de instrumentos de trabalho é suposto de uma produção integrada. E estes por alguns processos não são reconhecidos como tal, pois a sua categoria acaba sendo vista diante a sua denominação.

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



Você vai encontrar populações que atuam em um campo específico (apanhadores de flores, babaçu etc.) mas eles também cultivam. As quebradeiras de coco babaçu, elas também cultivam, elas não só apanham o coco. Então na verdade são sistemas poli cultivos, no sentido de variação e são sistemas que conjugam a conservação com outras atividades produtivas.

São sistemas muitos ricos e não dá para você restringir a uma atividade específica. Exemplo do Vale Jequitinhonha não é o mesmo do médio Jequitinhonha dos Gerais no Rio Pardo, que hoje estão tomados pela monocultura de eucalipto, tem populações quer se afirmar a partir de grota e chapadas. Estes espaços têm a ver com local de vida e reprodução, e que hoje as chapadas que são espaços tomados pelas monoculturas, eles passaram a viver nas áreas chamadas de grotas. Com isso, cogitou até de ser colocarem como chapadeiros, como um sentido de luta, até mesmo para eles tentarem reaver o território, mas então a forma que eles se elegem é muito mais processual histórico do que intuitivo ao seu sistema produtivo.

A gente sabe que estes grupos vêm de várias gerações e os vínculos são marcados genealógicos, de parentescos e afinidade, de compadrio e as formas de trabalho e vidas são compartilhadas. Eu entendo que estas comunidades é comunidade tradicional.

A divergências, porque tem gente que acha que estas comunidades deva ser tendia críticos, haver características definidoras da etnicidade, ou dessas diferenças culturais. Mas a campossinidade é uma característica de Povos e Comunidades Tradicionais. Então temos muitas, assentamentos que foram conquistados por famílias, por grupos locais que podem muito bem serem entendidos. Mas quando você tem um assentamento com comunidade tradicional e você não tem esse enraizamento ali no local, no território e os vínculos territoriais são difusos.

Por cada família vem de um lugar, você tem um background comum, seria o mundo rural e a luta pela terra. Mas você não tem propriamente este lastro da ordem da tradição, saberes compartilhados, ancestralidade comum, vínculos genealógicos, que sem fazer disso uma camisa de força, mas também entendo isso como diferenciador, ou o ponto diferencial entre as diversas formas de que agricultura familiar materializa nas situações sociais no campo ou nas cidades.

Pois temos também povos e comunidades tradicionais em cidades, temos processos migratórios que conformam extensões quilombos, extensões de terras indígenas em determinados contextos urbanos. Então é tudo muito rico e muito dinâmico. De qualquer forma espero que eu tenha esclarecido, mas é

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



uma questão que precisaríamos de maior folego e obter maior discussão para se entender profundamente.

Essa forma de nominar e classificar aos atores do meio rural, eles têm esse lastro de ancestralidade esse vínculo territorial, eles são conformados por estas relações e não é so uma questão de afinidade com a atividade fim.

### **Participante / Consideração:** E.M.

Quero fazer uma colocação para grupos que se define por uma atividade econômica muito específica. Seja a flora sempre vivas ou babaçu, pois pelo câmbio climático nos anos ou no máximo década que vem, certa atividade econômica não vai ser mais possível no território tradicional.

Pode até mudar para um território vizinho, mas como eu entendo as comunidades tradicionais que possuem vínculo forte com seu território. Isso não é problema para estas comunidades que se definem de forma étnica como indígenas, os quilombolas, mas de outras que precisam se adaptarem suas atividades econômicas a outras possibilidades futuras, como questões climáticas e ecológicas. Então torna preciso de uma boa estratégia para estes grupos não dependam das condições climáticas e ecológicas.

### **Palestrante:** Aderval Costa Filho

É eu entendo sua preocupação Ernts, realmente as mudanças climáticas atinge de forma generalizada, mas alguns grupos certamente sofreram maior este impacto e influência. E devem se resguardar. Eu acredito na capacidade de resiliência destes grupos e a sua adaptação. Mas a forma como você se alto afirma coletivamente, ela não designa propriamente o que é essencial, do ponto de vista da reprodução social, da manutenção da forma de vida coletiva e da cultura desse grupo ou desse povo. Às vezes é uma questão organizativa política, você elege o motivo pelo qual você se identifica por várias estratégias.

Recentemente eu fiz um laudo referente aos pescadores artesanais e garimpeiros do Rio Doce. Vou relatar pois pode surgir essa consideração, do ponto de vista de reparação, se olharmos para atividade restrita, você solapa os direitos destes povos, pois você só iria olhar para atividade da pesca e ao número de peixes que ele pescava por dia ou por semana. Mas ele também cultivava, ele também tinha o trabalho informal como complemento de renda, mas ele também criava (animais), ele tinha cultivo nos quintais. Então do ponto de vista de reparação, ou mesmo de indenização, se você focar na

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



atividade estrita, você vai reduzir muito o direito dos grupos. Devemos olhar para além, outros elementos que integram os modos de vida e fazem parte dos saberes tradicionais dos povos, e sim entender que a vida envolve o plantio, coleta, artesanato e tantas outras que integram esse modo de vida.

A identidade é pensada por uma característica, mas no fundo todos esses grupos são riquíssimos em termos de modo de vida, pois seus sistemas se desdobram em muitas atividades.

Sua provocação foi muito importante, pois as vezes o que dá nome não diz tudo, mas diz aquilo que ne um determinado momento e ne um processo de luta foi significativo e resolveu se assim.

Esse diálogo é riquíssimo e podemos fazer desdobramento desta discussão, mas o entendimento é este que são as necessidades e os riscos que levam uma comunidade se autoconhecer e se autoafirmar.

Mas o ideal que estes processos fossem organizados antes que os conflitos ocorressem, seja a mineração chegar no território ou outros. Mas o estado não é proativo e as instituições pouco. Até as organizações de bases, fazem esse trabalho, mas são insuficientes para ajudar as comunidades em todos seus processos de certificação.

Eu mesmo tenho um projeto para identificar comunidades tradicionais, falar sobre identidade, território, o processo de reconhecimento, das políticas públicas que se relacionam e acessar direitos. Porque há muito desconhecimento, eu mesmo fiz uma tese de doutorado em uma comunidade de quilombo e não sabiam que era quilombo. E há várias comunidades que saíram de lá reconhecidas pelo governo brasileiro, mas eles não sabiam o que era.

Um fato que me ocorreu, uma pessoa filha de uma liderança da comunidade, disse assim:

Eu já leio a constituição e não tem nada disso que o senhor está falando.

De fato, é no ato das disposições constitucionais transitórias, em um separado. Não está no texto constitucional, como a gente entende, mas faz parte da regulação dos direitos fundamentais.

Aí eu expliquei para ele, mostrei, tive que ir de casa em casa para poder explicar o que era isso em termos de direito. A gente colocou os Quilombolas do Gorutuba para ir ver os Quilombolas do Sul da Bahia para eles verem como era, do ponto de vista organizativo, por que ali você tinha memória social, práticas sociais, ancestralidade do lugar, de sangue, as comunidades todas aparentadas, negras com batuque uma serie de coisas que caracterizam um quilombo. Vejam que eles ainda não sabiam dos seus direitos que estavam resguardados.

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



É muito importante nestes processos, até mesmo aqui dentre todas estas instituições, faço um apelo para que a gente auxilie as organizações de base neste processo de mapeamento de comunidades e povos tradicionais.

**Mediador:** Prof. Dr. Dieter Gawora

Obrigado Aderval, aqui temos outra pergunta da participante Julia.

**Participante / Via CHAT:** Julia Ziesche, hbs

Obrigada Aderval, não sei se for muito detalhado, mas pensando em ameaças atuais eu gostaria de saber se você acompanha os impactos de programas do governo com respeito às UCs. Na Amazônia por exemplo “Adote um Parque”, ou Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. O último impacta UCs de Proteção Integral como parques com povos e comunidades tradicionais no Cerrado (Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Bahia). Vi que a Associação de Antropologia (ABA) publicou uma nota técnica sobre isto. Imagino que isto tem a ver bastante com laudos antropológicos e identidades.

**Palestrante:** Aderval Costa Filho

Na verdade, os parques (Nacional e Estadual), são unidades de proteção integral e ele não admite a presença humana. Isso significa que todas as famílias que lá estão, todas as comunidades que lá estão desde décadas, séculos não vão lá permanecer. Pois acredita que o estado vai adquirir essas terras por desapropriação e vão mantê-las “intocadas” para fins de preservação.

Só que como todos vocês sabem, as comunidades têm uma relação intrínseca com estas áreas, do ponto de vista dependência e manejo dos recursos naturais. Seja ela no cerrado ou em outro bioma, elas têm uma coo dependência destes territórios. Seria como o Cerrado dependesse desses povos para mantê-lo e os povos dele para manter seus modos de vida.

Mas o movimento no Brasil acredito que vocês saibam, que os preservacionistas entendem que a preservação impossibilidade a cooafetividade com esses povos e os socio conservacionistas que certa forma entende que isso é possível e viável.

Trabalhei em laudos onde o estudo recaíram em áreas de territórios tradicionais que foram sobrepostos por unidades de conservação. Não o inverso, porque os parques são recentes e as ocupações estão lá desde sempre ou se não desde há muito. Sem marco temporal, não é por este sentido.

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



E os pareceres dos ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade (<https://www.icmbio.gov.br/portal/>) são alvissareiros, mas atualmente houve uma sensibilidade jurídica de reconhecer a imprescindibilidade das comunidades para equilíbrio destes ecossistemas. Ou seja, os modos de vida delas e as práticas, que lógico pode ter uma ou outra que seja lesiva. Esse é o termo de conversão da biodiversidade, do SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (<https://antigo.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/sistema-nacional-de-ucs-snuc.html>).

Mas a gente já provou de várias formas, que o manejo sustentável mante a vitalidade e equilíbrio de uma área onde se encontra uma unidade de conservação. Como o exemplo o Parque Nacional das Sempre Vivas, sem a panha das flores corre o risco de muitas destas extinguirem.

Exatamente porque a panha e manejo tradicionais, mesmo sabendo que é uma questão polemica, a questão do fogo brando, controlado contribui para diminuição da matéria combustível e não resultar em incêndio sucessivos, a diminuição da massa e assim as sementes conseguem melhor dispersão e contato com solo.

Aqui na Europa estou estudando o Parque Nacional de Cevenna <http://www.cevennes-parcnational.fr/fr> e eles trabalham com ecobuagem que é exatamente este manejo com fogo, manejado pelas comunidades, autorizados pelos gestores desta unidade de conservação.

Na verdade, há um mapeamento dos apanhadores de sempre vivas, para que elas pudessem retornar a área e fazer a panha, sem conflitos impostos pela unidade e mecanismos legais de proteção ambiental desta unidade.

Agora que elas, as Apanhadores de Flores Sempre Vivas alcançaram o selo GIAHS da FAO (<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1265788/>) elas estão próximas de conquistarem a entrada no território com a sua reocupação da área do Parque Nacional Sempre Vivas como possível conversão desta área como RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável.

É um tempo que possuo experiencia, e reconheço que as políticas de salvaguarda de Patrimônio Cultural são estritas aos saberes e o material, e quem sabe, os povos e seus territórios não são tão bem cuidados assim.

Em alguns casos, o ICMBIO estabelece poder sobre as áreas, você tem os saberes imateriais protegidos, mas seus povos as comunidades precisam serem tiradas das áreas. Como foi o caso dos produtores de

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



queijo da Serra da Canastra, onde fizemos um laudo a pedido da defensoria pública contra o ICMBIO (Gestor da área do Parque) e que resultou uma deliberação em juízo para o direito de permanência.

**Mediador:** Prof. Dr. Dieter Gawora

Bom. Então acredito que podemos continuar. Os slides das comunidades.

**Palestrante:** Aderval Costa Filho

Para vocês entenderem, temos os critérios étnicos raciais, como indígenas e quilombolas, povos de terreiros, com suas religiões de matrizes africanas, ou ciganos que também são de uma matriz étnico racial. Ou você parte de uma matriz com o bioma, relação com a natureza como os pantaneiros, os geraizeiros ou catingueiros. E temos os critérios que passam por análise de atividades elaborais como os pescadores artesanais, apanhadores de flores sempre vivas. Ou seja, aquela atividade que motivou o grupo a se organizar, certamente porque ela foi colocada em risco e o grupo se mobilizou para manter a prática e manter a identidade.

Temos também o critério de uso e ocupação, como as comunidades de Fundo de Feche de Pastos no sul da Bahia – Brasil.

Feche de pasto é uma área fechada, cercada, longe de residências onde você tem as vilas rurais para se fazer entender, e cerca de 10 a 15 ou 20 kms você tem esta área fechada onde se cria gado a solta. Normalmente todas as famílias criam em comum. Já quando é fundo de pastos a criação de caprinos, comum em áreas de Caatinga. Com isso você tem até a diferenciação na categoria a depender do bioma.

Os faxinais no Paraná que ocupam faixas de terras, em restos de florestas de Araucárias, onde se cultiva erva mate e se cria suínos porcos na solta. Todos com características diacríticas, que são todos aqueles elementos que são chaves e que a comunidade ou antropólogo vai eleger para fins de referências para fazer a diferenciação cultural.

Esses critérios podem integrar uma mesma comunidade, como exemplo as comunidades que vivem na beira do Rio São Francisco, elas podem ser conferidas como Quilombolas, Vazanteiras que vivem do cultivo da vazante, que são áreas onde as águas do rio nas épocas de cheias alcançam e podem serem pescadores artesanais.

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



Isso é muito importante enquanto entendimento para os processos identitários, pois nenhuma destas classificações são ao acaso, todas elas têm como serem provadas do ponto de vista das práticas, dos saberes e da história dos grupos e seus vínculos territoriais.

Mas o acionamento destes critérios vai de encontro a causa e luta que se estabelece, como exemplo para as questões fundiárias onde a certificação Quilombolas estão com caminhos trilhados, com inúmeras certificações e reconhecimentos de territórios. Ou os vazanterios que de certa forma estão vinculadas as terras da união que ficam submersas com as cheias dos rios

e a se calcula as linhas limítrofes das enchentes sobre os territórios dos últimos 10 anos por portaria e concede os títulos. Então a depender do interesse da situação você vai acionar uma categoria ou outra. Apresentei para vocês terem conhecimento que não é estático a definição.

**Mediador:** Prof. Dr. Dieter Gawora

Muito bem Aderval, agora gostaria que você mostrasse as imagens das quatro categorias para exemplificar. E há uma pergunta do Hans-Jurgen, onde o reconhecimento de tradição é uma questão alinhada com o folclore; Mas você já traz essa resposta em sua explicação com a dinâmica das comunidades.

**Participante / Via CHAT:** Hans-Jürgen Withopf, KoBra

É concebível que o atual elemento de criação de identidade dessas comunidades seja substituído por uma forma de "folclore" (memória de tradições anteriores) como resultado de uma mudança estrutural (por exemplo, eliminação do elemento de criação de identidade devido às mudanças climáticas) a fim de permitir a existência continuada, ou há uma necessidade de elementos alternativos (possivelmente novos) de criação de identidade? O que seria necessário para continuar a viver tal comunidade no futuro?

**Palestrante:** Aderval Costa Filho

Apresentou os slides com imagens de algumas identidades de acordo os critérios apresentados.

É muito importante dizer que pertencimentos ensejam em inserções em lutas políticas e, movimentos, como na situação do Norte de Minas Gerais, como o Movimento Geraizeiro, os Vazanteiros em Movimento e Articulação Rosalino Gomes de Povos Tradicionais. Isso tudo acaba ampliando as articulações, resistências políticas, a fins de garantias de direitos.

## Brasilien: Kampf gegen soziale Ungleichheit in der Pandemie

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



Que dentro do contexto de preservação dos Sabres Tradicionais, como exemplo a produção de artesanato é muito interessante que haja o reconhecimento, mas as comunidades com seus modos de vida em suas bases territoriais e sociopolíticas frágeis. Isso porque não tem as garantias de um território regularizado, as empresas como monoculturas ou mineradores se apropriam das terras, exploração desordenada dos recursos naturais, as políticas públicas não chegam até estes espaços entre outras questões que precisam serem levadas em consideração.

Há uma necessidade de estruturar as bases territoriais, não apenas fazer o exercício de políticas públicas apenas para as culturas materiais ou imateriais, sem se garantir o território para que estas comunidades consigam manter sua subsistência e reprodução sociocultural.

Pois são essas bases que garante a sustentabilidade dos modos de vida, a permanência dessas formas organizativas congtraagemonicas é essa base território. Se garantimos o território garantidos muito do direito fundamental.

**Mediador:** Prof. Dr. Dieter Gawora

Isso Aderval, entendemos que se você garante o território você está garantindo as tradições as comunidades e sua socio diversidade. Acho que podemos agradecer ao Aderval, pois aprendemos bastante coisa durante a apresentação e ele explica que há bastante resiliência entre estes povos tradicionais, com a referência da identidade coletiva.

Você explica que não existe uma biodiversidade e sim uma socio biodiversidade, com tradições dinâmicas já supra relacionadas com a questão do território. Uma questão que você não disse, mas na sua fala percebe que de forma indireta você destaque a esperança nessas comunidades de um Brasil futuro. Deixo meu muito obrigado em nome de todos os participantes e se desejar falar uma última coisa fique à vontade.

**Palestrante:** Aderval Costa Filho

Quero agradecer as reações e as provocações, a presença e interlocução, pois este tema é muito caro e com todas essas tragedias que vivemos nos últimos temos. Sempre que procuro gás eu faço visitas as comunidades, no sentido até mesmo dessa resiliência que buscamos, nos todos que atuamos em prol das comunidades e povos tradicionais. Além de tudo nos aprendemos muito com eles e muito mais que ensinamos.

Sou grato pela oportunidade em poder dialogar com vocês.

**Brasilien: Kampf gegen soziale  
Ungleichheit in der Pandemie**

[www.kooperation-brasilien.org](http://www.kooperation-brasilien.org)



É um assunto que eu falaria por uma semana ou um mês, pois é algo que gosto de falar e discutir. Estou sempre à disposição, de outra sorte e oportunidade estamos sempre aqui para poder colaborar e construir juntos.

Obrigado.

**Mediador:** Prof. Dr. Dieter Gawora

Obrigado Aderval.